

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

ESTADO DE SÃO PAULO

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Projeto de Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo
(Programa “Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo,
Trecho Largo Treze – Chácara Klabin”)

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado “Banco”) e o ESTADO DE SÃO PAULO (a seguir denominado “Mutuário”), com a interveniência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada “Fiador”).

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 2305/OC-BR, (a seguir denominado “Contrato”), celebrado entre o Banco e o Mutuário em 3 de setembro de 2010, e modificado pelas mesmas partes em 18 de fevereiro de 2015 e em 26 de abril de 2017, para cooperar na execução do Projeto de Expansão da Linha 5 – Lilás do Metrô de São Paulo (a seguir denominado “Projeto”):

1. O texto da Cláusula 3.03 das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Financiamento. Com a concordância do Banco, dos recursos do Financiamento poderá ser utilizada até uma quantia equivalente a US\$ 43.500.000.00 (quarenta e três milhões e quinhentos mil dólares) para reembolsar despesas efetuadas para desapropriações relativas às obras da Linha 5, para a contratação de estudos de consultoria e para a aquisição de bens, inclusive o primeiro pagamento dos trens e/ou sistemas. Essas despesas devem ter sido efetuadas antes de 10 de março de 2010, mas após 29 de maio de 2009, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Com a concordância do Banco, os recursos do Financiamento também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Projeto a partir de 10 de março de 2010 e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.”

2. O texto da Cláusula 1.05 das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA 1.05. Taxa de câmbio. O Artigo 3.06 das Normas Gerais terá a seguinte redação, ressalvadas as exceções do Capítulo III destas Disposições Especiais:

“ARTIGO 3.06. Taxa de câmbio. (a) *A taxa de câmbio a ser utilizada para estabelecer a equivalência da Moeda Local em relação à Moeda do Financiamento será a seguinte:*

- (i) *A taxa de câmbio correspondente ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país membro em matéria de manutenção do*

valor da moeda, conforme estabelecido na Seção 3 do Artigo V do Convênio Constitutivo do Banco.

- (ii) *Na ausência de um entendimento entre o Banco e o respectivo país membro a respeito da taxa de câmbio a ser aplicada para fins de manutenção do valor de sua moeda em poder do Banco, este terá o direito de exigir que, para os fins de pagamento de amortização e juros, seja aplicada a taxa de câmbio utilizada nessa data pelo Banco Central do país membro, ou pela correspondente autoridade monetária para a venda de unidades da Moeda do Financiamento aos residentes no país, que não sejam entidades governamentais, para efetuar as seguintes operações: (a) pagamento a título de capital e juros devidos; (b) remessa de dividendos ou de outras rendas provenientes de investimentos de capital no país; e (c) remessa de capitais investidos. Se, para estas três classes de operações, não existir taxa de câmbio idêntica, será aplicável a mais alta, ou seja, a que represente o maior número de unidades na moeda do respectivo país por cada unidade da Moeda do Financiamento.*
- (iii) *Se, na data em que deva ser efetuado o pagamento, a regra anterior não puder ser aplicada por inexistência das mencionadas operações, o pagamento será efetuado com base na taxa de câmbio mais recente utilizada para tais operações dentro dos 30 (trinta) dias anteriores à data do vencimento.*
- (iv) *Se, não obstante a aplicação das regras acima mencionadas, não for possível determinar a taxa de câmbio a ser aplicada para fins de pagamento, ou se surgirem discrepâncias quanto a essa determinação, observar-se-á, nesta matéria, o que o Banco resolver, levando em consideração as realidades do mercado de câmbio no respectivo país membro.*
- (v) *Se, por descumprimento das regras anteriores, o Banco considerar que o pagamento efetuado na moeda correspondente foi insuficiente, deverá comunicá-lo de imediato ao Mutuário para que este proceda à cobertura da diferença dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data do recebimento do aviso. Se, ao contrário, a quantia recebida for superior à devida, o Banco procederá à devolução do excesso de recursos dentro do mesmo prazo.*

(b) A equivalência na Moeda do Financiamento de uma despesa efetuada na Moeda Local será regida pelas seguintes disposições:

- (i) Para determinar a equivalência de uma despesa paga total ou parcialmente com recursos do Financiamento, será aplicada, à totalidade da despesa, a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão para Moeda Local dos recursos desembolsados na Moeda do Financiamento;*
- (ii) Para determinar a equivalência de uma despesa paga com recursos distintos aos do Financiamento e para a qual o Mutuário solicite seu reembolso total ou parcial a débito do Financiamento, ou seu reconhecimento a débito da contrapartida local, será aplicada, à totalidade da despesa, a taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesas na Moeda Local do país do Mutuário; e*
- (iii) No caso de pagamentos diretos a consultores, empreiteiros, fornecedores de bens ou prestadores de serviços, aplicar-se-á a taxa de câmbio indicada no inciso (a) deste Artigo, vigente na data do respectivo pagamento ao consultor, empreiteiro, fornecedor ou prestador de serviços.”*

3. O texto do inciso (b) do parágrafo 2.01 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“(b) Serão financiados com recursos do Banco (o Projeto): (i) a adequação e respectiva supervisão dos 8 (oito) trens existentes; (ii) o desenho, aquisição, instalação e respectiva supervisão dos equipamentos e sistemas metroviários (telecomunicações e controle, alimentação elétrica e sistemas auxiliares); (iii) os estudos de fortalecimento institucional; (iv) os serviços de auditoria; (v) a execução e supervisão das obras civis segundo o disposto no parágrafo 2.08 abaixo; e (v) despesas efetuadas para desapropriações relativas às obras da Linha 5. O Projeto está estruturado em 4 (quatro) componentes, descritos a seguir:”

4. O texto do parágrafo 2.08 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“Componente 4: Obras Civis

2.08 Este componente financiará as obras necessárias para finalizar a construção dos lotes 4, 6 e 8 da expansão da Linha 5 – Lilás do metrô. Especificamente, serão financiados: (i) a conclusão das obras nas estações da linha 5 - Campo Belo, Hospital Servidor Público e Hospital São Paulo; (ii) o viaduto junto à estação multimodal Campo Belo, para facilitar o trânsito de veículos neste importante nóculo intermodal; (iii) o estacionamento de trens na estação Hospital Servidor Público; (iv) obras de estruturas e gerais nas estações e vias; (v) conclusão de obras e aquisição de equipamentos para o pátio de estacionamento de trens

Guido Caloi no final da linha 5. Adicionalmente, serão financiadas com recursos deste componente despesas efetuadas para desapropriações relativas às obras da Linha 5.”

5. Acorda-se o remanejamento de recursos entre categorias de gastos do Projeto, passando, por tanto, o quadro de custos constante do parágrafo 3.01 do Anexo A do Contrato a vigorar com a seguinte redação:

(miles de US\$)

Componentes	Total	Banco	Contrapartida Local
Componente 1. Material rodante	767	0	767
1.1 Adequação de trens existentes	0	0	0
1.2 Supervisão	767	0	767
Componente 2. Sistemas e equipamentos	329.755	223.971	105.785
2.1 Telecomunicações e controle	29.263	26.279	2.984
2.2 Alimentação elétrica	156.640	97.526	59.114
2.3 Sistemas auxiliares	100.737	100.166	571
2.4 Supervisão dos sistemas	43.115	0	43.115
Componente 3. Fortalecimento institucional	528	187	341
3.1 Avaliação de impacto sobre a pobreza	341	0	341
3.2 Outros estudos	187	187	0
Componente 4. Obras civis	292.744	256.532	36.212
4.1 Obras civis	178.150	141.938	36.212
4.2 Desapropriações	114.594	114.594	0
Gestión del Proyecto	304	268	36
Auditorias	304	268	36
Total	624.098	480.958	143.140

ARTIGO SEGUNDO

Para os efeitos deste Instrumento de Alteração Contratual, os termos iniciados com maiúsculas utilizados neste Instrumento de Alteração Contratual terão os respectivos significados a eles atribuídos no Contrato.

ARTIGO TERCEIRO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato de Empréstimo N° 2305/OC-BR, o qual permanece em pleno vigor, com o texto resultante das alterações objeto dos Instrumentos de Alteração Contratual No. 1 e No. 2, e das alterações que constam no Artigo Primeiro deste terceiro Instrumento de Alteração Contratual.

ARTIGO QUARTO

O Fiador manifesta expressamente sua integral concordância com todas as disposições deste Instrumento de Alteração Contratual.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Banco, o Mutuário e o Fiador, cada qual agindo por intermédio do seu representante devidamente autorizado, firmam este Instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o qual entrará em vigor na data da última das três assinaturas conforme indicado abaixo.

ESTADO DE SÃO PAULO

/a/

Luiz Cláudio Rodrigues Carvalho
Secretário da Fazenda

Data: 22/11/18

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

/a/

Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

Data: 20/11/2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

/a/

Nome: Ana Lucia Gatto de Oliveira

Procurador/a da Fazenda Nacional

Data: 20/11/2018